



Este texto foi elaborado na sequência das "Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda", fruto do trabalho de uma equipa de docentes bloquistas, que foi apresentado no Encontro Nacional do Bloco de Esquerda para Aprovação do Programa Eleitoral para as Eleições Legislativas de 2022 realizado em 27 de novembro de 2021. Constituíram as propostas 47 e 54 do caderno de propostas.

PROPOSTA PROGRAMA ELEITORAL BLOCO ESQUERDA ÁREA DA DE EDUCAÇÃO LEGISLATIVAS 2022

PROPOSTA 47 (PROPONENTES: ALEXANDRA VIEIRA)

3.4. Escola Pública e a Educação como pilares da igualdade

3.4.1. Uma escola inclusiva de qualidade e democrática

O problema

Décadas de desinvestimento na Educação e na Escola Pública conduziram à atual situação em que já faltam professores e outros trabalhadores e mais faltarão num futuro próximo. Tal como acontece no SNS, os recursos humanos são essenciais para a concretização deste serviço público.

Se há sector em que se podem notar as conquistas do 25 de abril e da democracia é na educação. De mais de um quarto de analfabetos e menos de 40 mil matriculados no Ensino Secundário em 1974, passámos para um analfabetismo residual e limitado a camadas mais idosas e para mais de 300 mil jovens a frequentar o secundário. No Ensino Superior passou-se de pouco mais de 80 mil em 1978 para cerca de 400 mil atualmente.

Se os graus de escolarização de jovens melhoraram muito, continuamos a ter uma população adulta com baixa escolarização e baixa qualificação.

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o Orçamento de Estado para 2022 destinava apenas 3,52% das verbas para a Educação. Se a esta percentagem forem retirados os fundos europeus, o valor baixa para 3,11%. A UNESCO e a OCDE recomendam que o valor seja de 6%.

Em Portugal já chegou aos 4% no início do século XXI e, neste momento, está em valores semelhantes aos da década oitenta do século XX.

É, pois, necessário ter bem presente que a falta de investimento, da qual decorre a falta de professores e de auxiliares de ação educativa, psicólogos, terapeutas, entre outras profissões, coloca em risco a Escola Pública e o direito à Educação, consignado na CRP.

A sustentar esta tese estão vários relatórios elaborados pelo Conselho Nacional de Educação [1] e pelo o Tribunal de Contas [2], que apresentou recentemente um relatório demolidor das políticas educativas dos últimos seis anos, em que o PS foi governo e Tiago Brandão Rodrigues foi Ministro da Educação. As críticas são essencialmente sobre o desenho, implementação e monitorização dos diferentes planos adotados pelo ME classificadas como insuficientes na conceção e incoerentes entre si.

Se havia dúvidas sobre o caráter essencial da profissão docente, elas foram dissipadas na resposta de emergência que foi necessário dar durante a crise pandémica e os confinamentos.

No entanto, o governo não só minimiza e desvaloriza a crise profunda em que se encontra a Escola Pública, provavelmente das mais graves em 48 anos de democracia, como adota medidas dispersas, incoerentes, contraditórias, geradoras de tensão, que trazem mais carga de trabalho, mas, sobretudo, que não consideram as causas estruturais dos problemas.

O fenómeno não é novo e vem de longe. A ideologia neoliberal contaminou a Educação com a linguagem e o pensamento da gestão, das lideranças e da economia (o verdadeiro “eduquês”) e acarretou a secundarização das Ciências Sociais e da Educação e o retrocesso a uma educação tecnocrática, positivista e meritocrática, fortemente reprodutora das desigualdades sociais. O melhor exemplo é o ensino profissional, que funciona como uma escola dentro da escola, que tem como função absorver os alunos e alunas com “menor sucesso académico”.

O sistema educativo em Portugal tornou-se numa imensa manta de retalhos, avulsa e incoerente marcado pela agenda neoliberal e pela racionalidade instrumental da Educação. Este desiderato continua a nortear a ação do Governo e do Ministério da Educação, que não só tardam em implementar medidas efetivas estruturais para inverter a quebra demográfica, como usa o “inverno demográfico” para não operar as necessárias reformas estruturais na Educação e na Escola Pública.

Ilustrativo do modo de atuar do governo, é a manutenção da decisão por decreto, de que é exemplo a flexibilidade curricular, imposta no ensino secundário e no ensino básico, sem que sequer seja questionada a pertinência dos exames nacionais, nem tida em conta as contradições que esta convivência forçada acarreta.

O mandato do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, nestes seis anos deixou duas marcas positivas: a reversão de algumas medidas do ministro da Educação da direita Nuno Crato e o confronto com a direita social e política sobre os contratos de associação. Após esse impulso inicial em que o Bloco de Esquerda foi parceiro ativo, esperava-se vontade para mudanças mais profundas.

Apesar de enormes progressos, quase meio século depois de abril, e de um grande impulso de democratização e modernização, a escola portuguesa, sujeita a um constante diminuir de recursos e graças a um emaranhado de pequenas reformas e revisões contraditórias, continua a ser conservadora, elitista, classista e antidemocrática. Nos governos de Sócrates e Passos

Coelho foram dados passos no sentido errado que reforçaram todos os problemas, reforçou-se uma visão elitista e produtivista da escola.

A provar esta dificuldade em fazer da escola um instrumento de igualdade, está a diferença social das taxas de insucesso, em que, segundo estudos do próprio Ministério da Educação, há taxas de sucesso inferiores a 20% nos alunos com ação social escolar em certos distritos, como Lisboa e Setúbal, e graus de ensino.

Em 2015 houve alguns pequenos progressos, os contratos de associação que permitiam pagar fortunas a escolas conservadoras religiosas, ou de grupos económicos, recuaram. Aboliram-se exames que introduziam uma seleção precoce, tal como vias profissionalizantes que pretendiam introduzir diferenciações sociais desde muito cedo. Introduziram-se os manuais escolares gratuitos. Estes progressos fizeram-se notar nos números do insucesso escolar que, durante os anos de Crato, inverteu o percurso de descida que vinha de há décadas.

De então para cá o Ministério da Educação tem sido um exemplo de imobilismo, com medidas contraditórias como as “aprendizagens mínimas” que coexistem com as metas curriculares de Crato. Alguns documentos e políticas estruturantes como a gestão das escolas, o estatuto do aluno, a avaliação dos professores e exames à saída do ensino básico, assim como uma estrutura obsoleta do Ministério da Educação, continuam em vigor.

Mesmo a falta de professores, que seria previsível há muito tempo e que se tornou num problema premente nos últimos anos, só em véspera de eleições mereceu a atenção do Ministério da Educação que, até agora recusava a existência do problema.

Apesar dos esforços do Bloco de Esquerda, o PS recusou a recuperação do tempo de serviço dos professores ou o regresso das escolas a um modelo democrático de gestão. Também tem recusado, com o voto, ou por não respeito a resoluções da Assembleia da República a renovação de muitas escolas degradadas.

Durante mais de um ano de pandemia, escolas, professores, alunos e famílias souberam responder, mas da parte do ministério da educação não houve a resposta necessária quer na disponibilização de materiais informáticos, quer no apoio pedagógico a uma situação que obrigava ao ensino à distância. O resultado foi um agravar da reprodução das desigualdades sociais por meio da escola.

Outra preocupação é a transferência de competências para os municípios que ameaça a autonomia administrativas das escolas e, em alguns casos, até a sua autonomia pedagógica.

Como se inverte esta situação, como se constrói um modelo educativo que seja ao mesmo tempo virado para a liberdade e igualdade e responda às necessidades sociais é o desafio que temos pela frente. Um modelo educativo que, em vez de reproduzir e ampliar diferenças sociais, seja um impulso contra as desigualdades sociais, uma escola verdadeiramente inclusiva. Uma escola que seja um modelo de aprendizagem cívica, ecológica, contra qualquer discriminação, incluindo as de raça, género, orientação sexual, religião ou outras.

Não existe aprendizagem para a democracia, sem que esteja baseada numa prática democrática. A escola tem que adotar modelos de gestão e funcionamento democráticos, revogando a legislação antidemocrática que subsiste no tempo de Maria de Lurdes Rodrigues e Nuno Crato. A revogação da legislação sobre gestão escolar e estatuto do aluno, entre outras, é uma prioridade do Bloco de Esquerda. Defendemos um modelo em que haja maior

participação de alunos, professores e funcionários, e onde não sejam esquecidos os encarregados de educação e toda a comunidade em que a escola se insere.

Do ponto de vista curricular temos, ao mesmo tempo que há uma ofensiva de direita contra conteúdos vistos como mais progressistas, temos também uma enorme incoerência resultante de inúmeras pequenas reformas e da inadaptação a novos contextos técnicos e sociais. É urgente recuperar a coerência curricular de uma forma que respeite a autonomia das escolas, professores e alunos, mas também que não despreze as humanidades, a arte e o desporto. A escola deve adaptar-se ao mundo que a rodeia e às necessidades sociais, mas não da forma que a direita pretende, tornando-as num apêndice do centro de emprego.

Por seu lado, o novo decreto de inclusão, aprovado em meados de 2018, veio também evidenciar a necessidade de capacitar todos os atores e reforçar as escolas com mais docentes especializados, assistentes operacionais, pessoal técnico, nomeadamente, profissionais da psicologia, terapeutas, mediadores e mediadoras, animadores e animadoras culturais, tutores e tutoras, entre outras pessoas, para trabalharem em conjunto com todas as comunidades e com todos os docentes, alunos e alunas, tendo ou não diversidade funcional.

Mas uma Educação Inclusiva só se efetiva quando é assumida por todas as dimensões do sistema e o transforma qualitativamente, ao mesmo tempo que se perfila no combate contra exclusão, o preconceito e a desigualdade. É a construção de um sistema educativo onde todos sentem que pertencem, são aceites e valorizados.

A Educação Inclusiva é uma transformação real das práticas e da organização da escola e a sua implementação mede-se pela forma como é vivida em cada dia para todos os alunos, devendo ter especial impacto nos que estão em desvantagem ou risco de exclusão, pois terá de ser uma escola com equidade e respeito pelos direitos humanos.

Pede-se hoje à Escola quase tudo e não se pode exigir menos: que seja espaço de aprendizagem para a cidadania, para a liberdade, para os conhecimentos técnicos e científicos atuais, para a cultura, a arte e o desporto e que garanta condições de igualdade. Não há escola inclusiva sem uma política educativa que trabalhe esse objetivo. Com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, há muito que a principal questão deixou de ser o acesso à educação básica.

Isso significa que pela frente está o desafio da adaptação dos currículos e dos programas, mas também o da democratização e da autonomia das escolas, que será impossível sem a participação de docentes e não docentes na organização da escola, sem um processo de reforma curricular participado por toda a comunidade educativa, sem a valorização de todo o pessoal que trabalha na Escola e o respeito pelos e pelas estudantes. Até as tentativas de implementar práticas pedagógicas inovadoras, como o programa de autonomia e flexibilidade curricular e a introdução de aprendizagens essenciais, esbarram na continuidade de programas extensos e obsoletos, em alguns casos, metas curriculares inalcançáveis, um modelo de avaliação obcecado por exames e na desarticulação entre os novos modelos desejados e a ausência de alterações significativas na formação inicial e contínua de professores.

É necessário ainda abrir o debate sobre a organização por ciclos. Portugal tem o primeiro ciclo mais curto da Europa, decorrente de lógicas anacrónicas e desatualizadas. A este debate tem de ser associado o debate sobre a formação contínua específica de professores e professoras deste ciclo de ensino.

É no primeiro ciclo, que observamos uma das médias mais altas de horas passadas em contexto de sala de aula dos alunos na Europa. É frequente, no 1.º ano, encontrar um número considerável de alunos que iniciam o 1.º ciclo com 5 anos, apesar da sua imaturidade e incapacidade para compreender uma aprendizagem, quando ainda tinham tanto para aprender a brincar, saltar, partilhar e ver. O desajustamento da idade aos conteúdos traduz-se em dificuldades de aprendizagem que podem ter repercussões no percurso escolar. Por isso, entrar com 5 anos no 1.º ano tem de ser uma decisão partilhada entre encarregados de educação com os docentes do pré-escolar e do 1.º ciclo.

A escola que prepara para o futuro não é compatível com modelos pedagógicos expositivos, decorrentes do elevado número de alunos por turma e da necessidade de formar e treinar para exame, sem que promovam a participação. Há ainda um caminho pela frente até a escola pública conseguir eliminar o abandono escolar em todos os ciclos, baixar as taxas de retenção e assegurar a possibilidade de terminar a escolaridade obrigatória garantindo igualdade de oportunidades e frequência para que a sua conclusão seja uma realidade em toda a sociedade. Se os manuais escolares gratuitos foram um primeiro passo, é necessário, agora, reforçar a ação social escolar e dotar as escolas de recursos humanos, materiais, equipamentos informáticos e uma rede de internet adequada e que responda às necessidades das escolas.

A Escola também tem um papel muito importante no combate às alterações climáticas, na forma como reorganiza ou estabiliza as comunidades, diminuindo o consumo de energia ou na forma como podemos construir uma sociedade a uma escala sustentável. É também promotora de hábitos, e sustentáveis, como a mobilidade suave e a valorização do património natural em detrimento do consumo acelerado e massificado, criado pela demanda capitalista.

É imprescindível acabar com os exames em todos os ciclos de ensino e separar a conclusão do secundário do acesso à universidade e defender a realização das provas de aferição por amostragem.

A Escola tem de ser uma escola inclusiva deve ainda ser capaz de acolher a diversidade - étnica, de género, de classe, entre outras -, de quem a procura e ter respostas para os e as jovens em situação de abandono escolar, que são mais de 200 mil, e que veem o seu direito à Educação negado ou mitigado. A escola tem de ser o espaço da democracia que garante a igualdade no acesso e na frequência a todas as pessoas, para que a integração profissional e social futura possam ser garantidas.

É necessário que uma educação inclusiva passe por uma educação antirracista, que garanta uma verdadeira educação sexual, que seja laica e que promova o sucesso e a participação de todas as crianças e jovens.

A educação inclusiva está na primeira linha do combate à exclusão. Por isso, deve responder à diversidade e ao multiculturalismo, acolhendo e valorizando todos sem exceção, ensinando na diferença com equidade e organizando um sistema educativo com base nos valores da igualdade, tolerância e da liberdade.

A educação inclusiva é direito inalienável e um conceito transformador, que se constrói pela capacitação dos atores e pela qualificação da escola pública em todos os patamares e dimensões, quer em termos pedagógicos, organizacionais e de gestão, como também na formação docente e dos assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa), bem como no investimento em recursos, constituindo-se num espaço onde todos partilham os mesmos valores fundamentais de forma coerente e com uma adequada articulação normativa.

Mais uma vez, a crise pandémica e os confinamentos tornaram visíveis a diversidade e diferenças que a Escola Pública acolhe, e bem, contribuindo para a inclusão de todas as diferenças e minimizando os efeitos da diferenciação social e económica. Afinal, nem todos os alunos alunas têm computadores, telemóveis de última geração e acesso à internet que lhes permita não só participar no ensino não presencial de emergência, como em metodologias pedagógicas diversas e tecnologicamente mais exigentes.

A educação inclusiva começa na primeira infância. Chega a ser mais caro ter uma criança na creche do que numa universidade privada. Mesmo quando se trata de creches públicas, o valor das mensalidades pode representar metade do salário médio. Este quadro limita o acesso das famílias à resposta e ignora que a criança é um sujeito de direitos desde que nasce. O custo das creches relaciona-se com duas opções de política:

a) as creches não estão inseridas no sistema de ensino público, mas na Segurança Social, pelo que a oferta está nas mãos do setor privado e no setor social (IPSS);

b) as creches são vistas como assistência às famílias e não no quadro dos direitos da infância, o que contribui para desresponsabilizar o Estado.

Por fim, não pode haver educação inclusiva que não responda à persistência do analfabetismo em Portugal. O analfabetismo, a iliteracia e a baixa escolaridade permanecem em níveis preocupantes no nosso país. Há ainda 500 mil pessoas analfabetas em Portugal. Por isso, é necessário considerar formas de erradicar de vez o analfabetismo, fenómeno persistente na nossa sociedade, sobretudo nos meios rurais e entre as mulheres. Do mesmo modo, no quadro da Educação Permanente e do que pode ser designado como o direito à escolaridade, é fundamental assegurar que os adultos que abandonaram a escola precocemente, tenham a possibilidade de completar os 12 anos de escolaridade dentro do sistema educativo português. É necessário garantir políticas que promovam o sucesso educativo e condições de acesso à educação nos seus vários níveis sem discriminações nem desigualdades.

A educação inclusiva começa na primeira infância e com a intervenção precoce. E chega a ser mais caro ter uma criança na creche do que numa universidade privada.

O reforço da Escola Pública e da Educação passa obrigatoriamente pela valorização da carreira do docente. É urgente lançar mão de medidas que resolvam, no momento atual, a falta de professores e de professoras. Este problema agravar-se-á no futuro se não forem adotadas as soluções estruturais e coerentes que a Escola Pública e a Educação exigem.

O Bloco propõe

- > Inclusão das creches (0-3 anos) no sistema educativo, garantindo a gratuidade;
- > Garantir o acesso gratuito efetivo e universal ao ensino pré-escolar com a abertura de mais salas de Jardins de Infância
- > Abertura de um processo de reforma curricular e revisão de programas, com a participação de professores e professoras, estudantes, academia e organizações da sociedade civil mais relevantes em cada área, envolvendo o ensino superior para assegurar a necessária reforma na formação de docentes;
- > Revisão da organização dos ciclos e do calendário escolar;

- > Redução dos alunos por turma: Apenas poderão ser inscritos no 1.º ciclo alunos com 6 anos feitos até à data da matrícula. Os casos excecionais devem ser propostos pelos docentes do pré-escola com concordância dos docentes do 1.º ciclo e encarregados de educação.
- > Revisão do estatuto do aluno e da aluna para valorizar participação e direitos dos estudantes;
- > Gratuitidade dos manuais escolares e desmaterialização complementar dos mesmos;
- > Gratuitidade de equipamentos informáticos e de acesso a rede de internet;
- > Reforço da ação social escolar e materiais pedagógicos adaptados e diferenciados para alunos com necessidades especiais e específicas;
- > Alargamento do ensino articulado e das respostas públicas de ensino artístico;
- > Reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas, com recursos humanos adequados, nomeadamente docentes especializados, assistentes operacionais com formação e dedicados, contratação direta de equipas técnicas e alargamento da rede de unidades especializadas.
- > Garantia de que os valores e as regras de uma educação inclusiva sejam efetivamente universais, abrangendo todas as respostas formativas para quaisquer idades, quer seja creches, primeira infância ou ensino básico públicos ou privados; ensino profissional de qualquer tutela, instituições ou respostas específicas de educação para adultos ou outras; garantindo condições de acesso em igualdade, independente das circunstâncias individuais, ou desvantagens dos alunos.
- > Garantir um serviço de intervenção precoce para a infância verdadeiramente inclusivo, centrado no apoio e fortalecimento das famílias, com reforço de equipas multidisciplinares dedicadas e capacitadas, onde a responsabilidade e gestão sejam públicas e os investimentos necessários reflitam o caráter prioritário da intervenção atempada e, por isso, mais eficaz.
- > Dotar as escolas de respostas diferenciadas efetivas, como as Unidades Especializadas ou equipas multidisciplinares, que permitam uma educação inclusiva plena para todos os alunos, sem exceção, independente da severidade das barreiras funcionais ou desenvolvimentais.
- > Rever o estatuto dos atuais Assistentes Operacionais, retomando a especificidade dos Auxiliares de Ação Educativa, com uma carreira própria e digna, com exigência de formação específica, decorrente da sua função essencial de acompanhamento direto de crianças e jovens nos seus processos educativos e de socialização, nas diferentes dimensões e espaços da escola.
- > Revisão do modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componentes de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Animação de Apoio à Família (AAF) de modo a valorizar as atividades lúdicas, após a componente letiva dos alunos, combatendo a sua excessiva curricularização e a precariedade dos vínculos dos profissionais;
- > Dotar as AEC, CAF e AAF dos meios necessários para dinamizar as suas atividades em espaços de enriquecimento educativo, como património natural ou cultural, possibilitando o enriquecimento das experiências educativas fora do espaço escolar;
- > Gestão pública das cantinas escolares;
- > Fim dos exames nacionais e das provas nacionais de 9º ano
- > Realização das provas de aferição por amostragem.

- > Revisão da portaria de rácios e recuperação da especificidade funcional do pessoal não docente;
- > Reversão da municipalização e novo modelo de descentralização com base na autonomia das escolas;
- > Recuperação de um modelo de gestão democrático e fim dos mega-agrupamentos;
- > Criação, na escola pública, de cursos pós-laborais dirigidos aos adultos que pretendam melhorar a sua escolaridade;
- > Adoção de uma estratégia descentralizada de erradicação do analfabetismo, com especial foco na população mais distante da rede escolar pública.

3.4.2. Uma proposta para a sustentabilidade da Escola Pública

O problema

Sabe quantos docentes de 1.º ciclo têm menos de 30 anos? Dezasseis. O alerta parte da OCDE que afirma que a classe docente portuguesa tem estado a envelhecer ao longo da última década e agora é uma das mais velhas de todos os países integrantes desta organização internacional.

Quase metade do universo docente tem mais de 50 anos. Altos níveis de envelhecimento já significam um custo acrescido para o sistema educativo. A idade é o principal fator de afastamento de docentes das salas de aula por motivo de doença. Em Portugal, já são cerca de 12 mil?

A curto prazo, este problema será o maior desafio para a organização do nosso sistema educativo.

Nos próximos cinco anos vão reformar-se 10% dos professores e professoras e nos próximos dez anos o sistema público de ensino vai perder 40% dos docentes.

À desvalorização sistemática da carreira docente corresponde a diminuição do número de estudantes interessados nos cursos que formam para o ensino. De acordo com a OCDE, Portugal é dos países em que menos jovens dizem querer vir a ser professores e professoras.

O cenário de desvalorização da carreira docente agravou-se nos últimos anos. Tendo havido descongelamento das carreiras da Administração Pública, os professores e professoras não tiveram direito à contagem integral do tempo de serviço para efeitos de progressão. Apesar da disponibilidade dos sindicatos para negociar soluções faseadas e mitigadas, a decisão do governo foi impor unilateralmente uma recuperação parcial de 2 anos, 9 meses e 18 dias na legislatura anterior. Na sequência das apreciações parlamentares apresentadas por vários partidos, a direita recuou e o bloco central impediu a recuperação da carreira dos professores e das professoras.

Nos últimos dois anos, o Governo nada fez para evitar o agravamento do problema que à vista de todos: mais cedo do que tarde, a Escola Pública iria dar sinais de falta de docentes e todas as medidas de valorização da carreira e de integração dos professores precários foram sistematicamente recusados pelo PS e também pelo PSD.

A contagem do tempo de serviço dos professores:

A contagem do tempo de serviço prestado pelos professores e professoras, para efeito da sua carreira, foi um dos temas mais polémicos da legislatura anterior. Uma maioria PS-PSD-CDS opôs-se a que os professores e professoras pudessem registar integralmente o seu tempo de serviço nas promoções futuras. O Bloco de Esquerda propõe-se superar esse bloqueio e defender a proposta dos sindicatos, a consideração ao longo de uma transição de sete anos de todo o tempo ainda não incluído considerando medidas mitigadoras do impacto orçamental. Assim, deverão ser contabilizados mais 3 anos, 8 meses e 24 dias, além dos 2 anos, 9 meses e 18 dias já considerados, concluindo-se a contagem integral nos três anos seguintes.

O Bloco propõe

1. Medidas de emergência no curto prazo para o problema da falta de professores e salvaguarda da Escola Pública:

a) medidas para recuperar a atratividade da profissão

- Reposicionar todos os professores na carreira a partir da contagem do tempo de serviço
- Remover os obstáculos à progressão na carreira, nomeadamente na passagem para os 5o e 7o escalões, abrindo as vagas necessárias à mudança de escalão
- Promover a entrada imediata na carreira aos professores e professoras com 3 contratos em horários completos
- Considerar como horário completo e para efeitos de Segurança Social todos os que tenham sido colocados como incompletos até ao dia 31 de dezembro, e para efeitos de fim de contrato (até 31 de agosto), garantindo o acesso ao subsídio de desemprego
- Considerar apenas dois intervalos para efeitos de concurso nas reservas de recrutamento
- Definir apoios concretos aos professores e professoras contratados colocados fora da sua área de residência, nomeadamente, subsídio de deslocação e apoio financeiro na segunda residência e acesso a vagas nas creches e escolas de qualquer ciclo para os filhos de professores e professoras

b) medidas para aumentar a oferta de horários completos nas reservas de recrutamento:

- considerar as reduções ao abrigo do Art.º 79 na componente do trabalho individual e recuperar a profissão como sendo de desgaste rápido
- considerar todos os trabalho docente exclusivamente como componente letiva e terminar com a designação de componente não letiva
- recuperar os horários de 22 horas (em vez das 25) e os cálculos por horas em vez de minutos
- todas as reuniões e atividades extra-letivas fora das 22 horas são remuneradas como horas extraordinárias

2. Medidas para aumentar a atratividade da profissão e recuperar os professores com profissionalização que desistiram da profissão (cerca de 11 mil) e rejuvenescer a profissão

- Rever os escalões e o tempo de permanência de modo a que seja possível chegar mais perto do topo da carreira e permitir reformas condignas
- Baixar a idade de aposentação e criar uma regime específico.

3. Um Programa Especial de Rejuvenescimento do Corpo Docente. O envelhecimento da classe docente representa um risco para a sustentabilidade da Escola Pública e é um fator negativo para o desenvolvimento económico do país. A única forma de o evitar é combinar uma aposta na formação inicial e no regresso de professores e professoras precários que abandonaram o sistema com o acesso à aposentação antecipada.

Essa valorização deve também passar pela melhoria da formação inicial e contínua, bem como alteração do sistema de avaliação de desempenho, da sua subjetividade e injustiças.

Este programa tem assim medidas fundamentais: regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores com idade próxima da reforma (medida de adesão voluntária e que deve incluir a possibilidade de reconversão de tempo de serviço ainda não contabilizado em antecipação da reforma) e incentivo à contratação e vinculação dos docentes contratados e contratadas correspondem a necessidades permanentes (incluindo a revisão da norma travão). Desta forma é possível preparar a renovação geracional a uma década, evitando a saída abrupta de quase metade do corpo docente e acautelando a entrada atempada de novos professores e professoras.

3.4.3. Um programa de requalificação das escolas públicas

O problema

O país confronta-se hoje com um parque escolar que põe em causa a qualidade da educação. Cerca de um terço das escolas secundárias públicas (173 de um total de 526) foram renovadas, mas a falta de recursos financeiros deu origem ao atraso ou à suspensão do investimento previsto nas restantes.

Muitas das escolas secundárias e a maioria das escolas básicas não tiveram as intervenções necessárias ao longo dos anos, um terço do total, segundo a Comissão Europeia. O congelamento de todas as obras durante o último governo só agravou a situação. Frio e calor, chuva dentro das salas de aulas, falta de condições ou mesmo ausência de refeitórios e pavilhões desportivos, coberturas de fibrocimento e degradação geral dos espaços perturbam o normal funcionamento de uma escola.

Estão em causa a higiene, a segurança, as condições de trabalho e o conforto de centenas de milhares de alunos e alunas, docentes e trabalhadores e trabalhadoras, assim como a qualidade da educação em Portugal.

Problemas e falta de condições que apesar de estruturais ainda se evidenciaram mais durante o período de pandemia, uma vez que nem sequer foi possível garantir as próprias normas da DGS como o distanciamento físico, ou higienização dos espaços em muito por falta de recursos humanos, pelo elevado número de alunos por turma e pela falta de espaços.

O Bloco propõe

- > Adoção de um programa de requalificação dos edifícios escolares.
- > As despesas de capital correspondem a menos de 2% do orçamento total da educação em Portugal, o que deixa muito pouco para as obras necessárias. É necessário um plano de investimento a quatro anos, com calendário e prioridades definidas. Sem projetos de luxo, a cada escola deve ser dada autonomia para identificar as suas necessidades de requalificação e manutenção dos edifícios escolares.
- > Um investimento sério na educação nunca poderá ser abaixo de 6% do PIB como é reivindicado pelos sindicatos.

3.4.4. Ensino profissional

O problema

O Ensino Profissional, criado em 1990, é das medidas de política educativa mais perenes no sistema educativo português. É também possível que seja uma das medidas mais importantes da nossa democracia, uma vez que correspondeu à necessidade de dar resposta a jovens que de outro modo não prosseguiriam estudos após a conclusão do 9º ano de escolaridade.

Nessa medida, o Ensino Profissional tem vindo a criar técnicos em diferentes áreas, num esforço digno de registo.

Permite que jovens prossigam os seus estudos sem ser no designado ensino regular, que, essencialmente é uma etapa preparatória para o ensino superior, numa vertente mais técnica e profissionalizante, mantendo a possibilidade de prosseguir estudos na universidade.

Com a entrada em vigor do DL 74/2004, a partir do ano letivo 2004/2005 as escolas secundárias passaram a incluir na sua oferta formativa os cursos profissionais. Estes cursos vieram de alguma forma substituir os cursos tecnológicos, que eram já parte integrante desta oferta formativa desde a década anterior.

Esta substituição, no entanto, não significou uma continuidade dentro do mesmo paradigma. Enquanto os cursos tecnológicos tinham herdado dos chamados cursos científico-humanísticos a organização dentro do meio escolar (a avaliação por períodos, a calendarização do ano letivo, o regime de faltas, entre outros), os cursos profissionais trouxeram a realidade das escolas profissionais para as escolas secundárias, que acabaram por tornar esta oferta numa “escola dentro da escola”.

Dentro deste quadro, o ensino profissional, praticamente desde a sua criação, foi tratado sempre como “o filho enjeitado” das escolas secundárias. Prova disso serão, por exemplo, o chamado Estatuto do Aluno (DL 51/2012), que na prática ignora o ensino profissional, chegando ao cúmulo de remeter para o regulamento interno das escolas a gestão das exclusões por excesso de faltas; ou ainda os programas da maior parte das disciplinas, criados no ano letivo 2004/05 e que nunca foram atualizados; culminando na estrutura curricular dos cursos, quase intocada ao fim de 17 anos, tendo sido alterada apenas para aumentar o número de horas de Formação em Contexto de Trabalho.

Além destas questões, é urgente rever alguns dos problemas que a experiência acumulada mostram estar a prejudicar tanto as escolas que albergam os cursos, como os alunos que os frequentam:

> A matriz curricular dos cursos é, por assim dizer, uma “cópia” adaptada das matrizes dos cursos científicos--humanísticos criados no DL 74/2004. No contexto de uma formação profissionalizante, há disciplinas a mais, algumas com carga horária reduzida, o que só permite, em muitos casos, que os alunos tenham aulas a estas disciplinas uma vez por semana, o que é pouco.

> A carga horária total dos cursos, que varia entre 3100 e 3440 horas, é excessiva. Os alunos passam demasiado tempo na escola, o que lhes permite pouco tempo para outras atividades importantes para a sua formação pessoal e cívica. Se a isto acrescentarmos o tempo que os alunos gastam em transportes, podemos verificar que muitos dos alunos do ensino profissional tem uma rotina diária de sair de casa às 7 horas da manhã para voltar às 8 da noite.

> Uma das causas deste excesso de carga horária é o período de Formação em Contexto de Trabalho (FCT), que é demasiado longo. Recordamos que as primeiras FCTs, associadas aos antigos cursos tecnológicos, tinham a duração de 240 horas. Este tempo foi aumentado na criação dos cursos profissionais para 480 horas, e depois, na versão atual, para um mínimo de 600 horas, sendo o máximo de 800 horas. Para alunos que têm, na sua maioria, entre 16 e 18 anos é demasiado tempo. Não admira que na prática, em muitíssimas situações, os alunos passem grande parte do tempo da FCT a fazer tarefas repetitivas e, por vezes, até desligadas dos conteúdos do seu curso.

> Os conteúdos programáticos foram, muitas vezes, copiados dos programas dos cursos científico-humanísticos (casos, por exemplo, de Português ou História da Cultura e das Artes), e não tiveram em conta a natureza e a finalidade dos cursos.

Dito isto, é inegável que os cursos profissionais contribuíram e continuam a contribuir de forma decisiva para diminuir o abandono escolar. Dados da DGEEC [3] mostram que 62% dos alunos que entraram no ensino profissional em 2016/2017 concluíram o curso após 3 anos letivos, contra 34,8% no ensino secundário.

No entanto, dificilmente se pode correlacionar a conclusão de um curso do ensino profissional com a aquisição real de competências para a entrada no mundo do trabalho.

Desde logo, a escolha de um curso profissional para os jovens que concluem o 9o ano está fortemente condicionada à oferta “permitida” pelo Ministério da Educação na sua área de residência. O relatório da DGEEC referido acima mostra que, em 2016/2017, 46% dos alunos que ingressaram no ensino profissional foram encaminhados para apenas 4 áreas de formação, ligadas à informática, multimédia e turismo. Os ciclos de formação dos mesmos cursos repetem-se nos mesmos locais, mesmo que o tecido comercial e industrial da região onde o Agrupamento se insere já tenha esgotado a sua capacidade de absorver esta mão-de-obra especializada.

É logicamente impossível que o mercado consiga absorver estes técnicos ao final da sua formação. Cria-se então uma situação paradoxal. Temos milhares de alunos que concluem a sua escolaridade obrigatória que nem estão aptos a candidatar-se ao ingresso no ensino superior, nem estão devidamente qualificados para as necessidades do mercado de trabalho, pelo excesso de oferta da qualificação que concluíram.

Este excesso de oferta de cursos das mesmas áreas também leva a que muitos jovens acabem por não escolher um curso que realmente pretendiam frequentar, mas sim um dos que está disponível. Cria-se então um circuito: alunos que já têm baixas expectativas escolares inscrevem-se em cursos para os quais não estão à partida motivados. As dificuldades inerentes ao trabalho com estes alunos levam a fracos resultados escolares e as escolas e professores, num esforço para que eles concluam a sua formação, baixam o nível de exigência, o que por sua vez, diminui a qualidade da formação. E é certo que cursos com pouca qualidade na formação não atraem bons alunos.

É necessário repensar completamente o modelo atual do ensino profissional. Neste momento, o único objetivo que em que ele é realmente eficaz é permitir a alunos que teriam muitas dificuldades em completar o ensino secundário nos cursos científicos humanísticos tenham acesso ao diploma do 12.º ano e que concluam a escolaridade obrigatória. Não obstante os casos pontuais de sucesso na inserção do mundo do trabalho para os jovens que os concluem, a larga maioria não tira qualquer proveito profissional imediato da sua frequência.

O Bloco propõe

- > Revisão das matrizes curriculares dos cursos profissionais, com contributos de profissionais ligados às áreas de formação. Em concreto, propomos menos disciplinas, menor carga horária total e diminuição para metade da duração da FCT.
- > Racionalização da oferta dos cursos, não em função exclusivamente dos seus custos, mas mais em conformidade com os desejos dos agrupamentos de escolas, dos tecidos empresariais das regiões e dos alunos.
- > Possibilidade para que os alunos se candidatem a uma vaga num curso profissional em qualquer zona do país, e não apenas na sua área de residência.
- > Criação de alojamento estudantil suportado pelo Estado para os estudantes que se pretendam deslocar para outra região do país para a frequência de cursos que não existam na sua área de residência habitual.

PROPOSTA 54 (PROPONENTES: ALEXANDRA VIEIRA)

3.4.4. Acesso ao Ensino Superior

O problema

Desde meados da década de 90, com o advento dos Exames Nacionais do Ensino Secundário, e a extinção das provas de ingresso, que foi atribuída ao ensino secundário uma responsabilidade que, à partida, não deveria ser sua: a seleção dos alunos que entram no ensino superior.

Esta passagem foi feita sem acréscimos de recursos físicos ou humanos para o ensino secundário. Além disso, a forma como foi feita, com um calendário desajustado das necessidades organizativas das escolas secundárias, desorganizou de modo significativo várias das tarefas que a estas competia, como a organização do final do ano letivo e do início do ano seguinte.

Acrescente-se a enorme carga burocrática que os exames trazem e os excessos incompreensíveis nos sistemas de controlo e vigilância, e temos uma escola paralisada durante longos períodos.

Estas operações têm inúmeros custos, dos quais se podem destacar as despesas inerentes à própria elaboração e execução dos exames, o prolongamento das atividades relacionadas até o período de férias de professores e funcionários, entre outras.

Tudo isto se poderia relevar se fossem comprovados os ganhos para as escolas derivados dos exames nacionais. Mas onde estão eles? Não há qualquer estudo conhecido que permita concluir que a qualidade de ensino ou os próprios processos de seleção dos alunos para o ensino superior tenham sido melhorados. A única evidência que subsiste é que nos dois últimos anos os exames do secundário não se realizaram, por força das medidas de controlo da pandemia, e não há notícia de que alunos, encarregados de educação ou professores tenham sido afetados.

Ainda assim, poderíamos adotar a visão inicial de que os exames permitiriam debelar as desigualdades entre as escolas e aferir a qualidade do ensino prestado aos nossos jovens.

Ora, aqui também não temos indicadores neste sentido. Pelo contrário, parece a quem está a trabalhar com os alunos que os exames, aumentam as desigualdades. A competição desenfreada pelos melhores lugares nos rankings, medidos apenas pelo desempenho dos alunos nos exames nacionais, fez com que as escolas privadas tenham transformado o ensino secundário numa mera preparação para estas provas, relegando outros aspetos, como a educação para a cidadania, a educação para a saúde e o trabalho de projeto, por exemplo, para segundo plano. E têm motivos para o fazer, porque o negócio das escolas privadas, neste momento, depende destes resultados. E com os rankings também proliferam outros negócios, como as explicações particulares e os manuais de preparação para os exames. Pensar que neste mercado os alunos de todas as escolas e extratos sociais estão em igualdade é absurdo.

Poder-se-ia também objetar que, mesmo com o fim dos exames nacionais do ensino secundário, continua a ser necessário elaborar provas de ingresso, e que as universidades, que sofrem tanto com a falta de recursos humanos, estão ainda em pior posição para as gerir que as secundárias.

Nos últimos 20 anos as tecnologias de avaliação online e remotas evoluíram imenso. Não é necessário ir mais longe que os exames de condução ou as provas de avaliação do PISA, que já são feitas por meios informáticos, com absolutas garantias de rigor, e com um custo muitíssimo inferior aos dos exames nacionais. Não há nenhum motivo claro para que este sistema não pudesse ser adotado para as provas de ingresso.

Por fim, é necessário atacar decididamente a questão da inflação das classificações finais do secundário, problema recorrente nas escolas privadas, mas não só.

Uma solução seria indexar a classificação que o aluno obteve às classificações médias da escola, concelho ou distrito [4].

Para as provas de ingresso, pode-se aplicar o mesmo método. No final o aluno teria uma nota de acesso que seria uma soma destas ponderações. Pode parecer um cálculo complicado, mas como as classificações estão todas numa base de dados centralizada, faz-se em minutos.

Desde logo, teríamos estas vantagens:

- A inflação de notas de frequência interna acabaria imediatamente. Aliás, uma escola que inflacionasse as notas estaria a prejudicar os seus melhores alunos.

- Teríamos uma seriação mais realista dos resultados dos alunos dentro de uma mesma realidade local.
- Diminuiria muito o incentivo para que os melhores alunos deixassem o ensino público para se matricularem nos privados.

O Bloco propõe

- > Abolição de imediato todos os exames nacionais de todos os níveis de ensino, mantendo as provas de ingresso até que possa ser estudado um modelo que não penalize o funcionamento das escolas.
- > Estudo para a realização de provas de ingresso em que as escolas secundárias e as universidades possam colaborar, se possível desmaterializando o processo.
- > Desenvolver uma forma de cálculo das notas de ingresso no ensino superior que seja mais justa, não penalizando de forma tão clara os alunos provindos de meios com menos recursos.
- > Sejam propostas datas para a realização das provas de ingresso (algumas ou todas) que não prolonguem o ano letivo da forma como o fazem. Algumas provas poderiam ser feitas nas interrupções letivas da Páscoa, por exemplo.
- > Fim da divulgação público dos resultados dos exames nacionais, vulgo, rankings das escolas